



SAÚDE MENTAL NO EAD: LIMITES ENTRE FLEXIBILIDADE PEDAGÓGICA E RIGIDEZ INSTITUCIONAL

Vinícius de Santi Phelippe Nunes¹
Giovana de Santi Phelippe Nunes²
Bruna de Santi Phelippe Nunes³

Resumo

O debate sobre saúde mental no ensino superior evidencia o crescente conflito entre as necessidades de estudantes com vulnerabilidades psicossociais e a rigidez das políticas institucionais, um desafio amplificado na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Neste contexto, o presente artigo analisa um relato de experiência para ilustrar as dificuldades em equilibrar as regras da instituição com a necessidade de dar atenção individual a um aluno com problemas mentais comprovados. O estudo detalha as consequências da aplicação inflexível de uma regra avaliativa a um grupo de estudantes, após um erro crucial cometido por um colega com um complexo quadro de saúde mental documentado (TEPT, TAB, Borderline). A análise revela que, apesar dos esforços de mediação e da apresentação de laudo médico, a normativa institucional prevaleceu, resultando na reprovação automática do grupo e na falha do sistema de apoio. Conclui-se que a rigidez processual, quando desprovida de mecanismos de exceção, pode anular as políticas de cuidado e permanência, gerando exclusão. Sugere-se, portanto, a urgente implementação de protocolos de acomodação razoável, a criação de instâncias de recurso humanizadas e a revisão de cláusulas punitivas, fomentando uma cultura de acolhimento efetivo.

Palavras-chave: educação; ensino a distância; flexibilidade; inclusão; saúde mental.

¹Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Materiais. Universidade Estadual Paulista

²Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal. Universidade Estadual de Londrina

³Graduação em Psicologia. Universidade do Oeste Paulista

Introdução

A preocupação com o bem-estar psicológico dos universitários tem se intensificado, especialmente no contexto da Educação a Distância (EaD), modalidade que cresce em instituições públicas e privadas por oferecer flexibilidade e autonomia ao estudante (BARROS; PEIXOTO, 2022). Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) assumem papel central nesse processo, reunindo recursos e ferramentas que favorecem a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento (SILVA; SARAIVA, 2024).

No Brasil, a EaD vem ganhando destaque: em 2018, das 13,5 milhões de vagas no ensino superior, 7,1 milhões foram destinadas a essa modalidade (MIRANDA, 2021). Contudo, os desafios da transição para a vida adulta, somados às dificuldades de estudo, relações interpessoais e finanças, podem gerar sobrecarga emocional. No EaD, esses obstáculos se intensificam pela ausência do convívio presencial, favorecendo a solidão, a desmotivação e até o abandono do curso (CHIPEŞIU, 2020). Diante disso, universidades têm investido em ações de acolhimento, apoio psicossocial e promoção da saúde mental, na tentativa de oferecer um ambiente mais inclusivo e favorável à permanência estudantil (MOGHIMI *et al.*, 2023).

Este artigo apresenta a experiência de um tutor de uma universidade pública que oferece cursos online, mostrando a dificuldade em equilibrar as regras da instituição com a necessidade de dar atenção individual a um aluno com problemas mentais comprovados. O caso revela as falhas dos métodos de avaliação quando confrontados com a complexidade da saúde humana, levantando dúvidas sobre a prevenção, o acolhimento e a real capacidade da universidade de garantir que os alunos permaneçam e se sintam bem.

Objetivos

Relatar uma experiência acadêmica que evidencie a importância do acolhimento e do cuidado psicossocial no contexto universitário, mostrando as dificuldades enfrentadas por estudantes com transtornos mentais graves e os desafios do corpo docente em conciliar as normas da universidade com a necessidade de oferecer atenção individualizada diante de falhas associadas a questões emocionais.

Desenvolvimento

No segundo semestre de 2022, foi desenvolvida uma disciplina da grade curricular do curso de Administração de uma universidade pública virtual. Para a aprovação na disciplina, além de

participar das aulas remotas quinzenais com o professor responsável, os estudantes precisaram cumprir três entregas principais: um Relatório Final completo e bem estruturado, um Vídeo de Apresentação do projeto e uma Avaliação colaborativa realizada entre os membros do grupo. De acordo com as diretrizes da disciplina, a submissão do Relatório Final era considerada indispensável, sendo que a não entrega ou a presença de erros graves acarretaria na reprovação imediata de todos os integrantes do grupo.

Tentativa de Mediação

Um dos estudantes do grupo composto por oito alunos, a quem é referido como "Estudante A" para garantir o anonimato, ficou responsável por realizar o upload dos arquivos finais no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Contudo, por equívoco, o Estudante A enviou um arquivo incorreto no lugar do Relatório Final. O erro não foi percebido por ele ou pelos demais colegas antes do término do prazo final.

Durante o período de correção, o professor constatou a ausência do relatório obrigatório e, seguindo estritamente os critérios de avaliação, atribuiu a nota zero ao item, o que resultou na reprovação do grupo. Após a divulgação das notas, o professor recebeu um e-mail da orientadora do polo do Estudante A. A comunicação, feita em tom de apelo, solicitava uma mediação junto à coordenação da universidade e contextualizava a situação do aluno. O estudante havia cometido um equívoco em uma atividade coletiva e se mostrava bastante abalado, temendo prejudicar toda a turma. Embora já apresentasse avanços significativos em relação ao seu quadro inicial, ainda demonstrava dificuldades emocionais para lidar com demandas cotidianas. Nesse contexto, buscou apoio em estado de grande instabilidade, principalmente pelo receio da reação dos colegas diante da possibilidade de que o erro não pudesse ser corrigido. Desde o início de sua trajetória acadêmica, tem recebido acompanhamento próximo e flexibilidade nas demandas, justamente como forma de favorecer seu processo de desenvolvimento e superação das dificuldades.

O laudo médico anexo ao e-mail indicava um quadro de comorbidades severas, incluindo: Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno de Personalidade Borderline (F60.3 no CID-10), Transtorno Afetivo Bipolar (TAB) e Transtorno Dissociativo/Conversivo (F44 no CID-10).

Principais Resultados

Apesar dos laudos médicos que comprovavam a vulnerabilidade psicossocial do Estudante A e dos esforços da equipe acadêmica em buscar alternativas, a instituição manteve postura

inflexível, alegando a necessidade de preservar a isonomia e o cumprimento das normas. Assim, a reprovação do grupo foi mantida, gerando forte impacto emocional no estudante e sentimento de injustiça entre os colegas. O episódio evidenciou as limitações do sistema avaliativo em lidar com situações de saúde mental e expôs a ausência de protocolos que conciliem equidade acadêmica e cuidado psicossocial.

Conclusões

A experiência descrita expõe a distância entre o discurso institucional de valorização da saúde mental e as práticas efetivas, marcadas por normas rígidas que desconsideram vulnerabilidades específicas. A aplicação inflexível do princípio da igualdade acabou por gerar exclusão, afetando não apenas o estudante com transtornos comprovados, mas também seu grupo, que foi penalizado coletivamente. Esse cenário reforça a necessidade de repensar políticas acadêmicas para que o cuidado psicossocial não seja periférico, mas estruturante. No contexto da EaD, em que a ausência de interações presenciais pode potencializar sentimentos de isolamento, torna-se ainda mais urgente a criação de protocolos que conciliem equidade e flexibilidade, permitindo ajustes fundamentados em laudos médicos e análises criteriosas. Para isso, é fundamental investir na capacitação do corpo docente e administrativo, bem como na formação de comitês multidisciplinares capazes de lidar com situações sensíveis com empatia e preparo técnico. Somente assim as universidades poderão alinhar permanência estudantil e promoção do bem-estar, construindo um ambiente mais justo, humano e inclusivo.

Referências

BARROS, R. N. de; PEIXOTO, A. de L. A. Integração ao ensino superior e saúde mental: um estudo em uma universidade pública federal brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 3, p. 609–631, 2022.

CHIPEŞIU, A. M. The role of personality in the relationship between financial stress and well-being in young people. **Studia Doctoralia**, v. 11, n. 2, p. 81–92, 2020.

MIRANDA, L. D. V. A. **METODOLOGIA ATIVA: analisar o papel do projeto integrador no processo ensino/aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos na modalidade subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia no município de Oiapoque-AP**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá–Ifap, Oiapoque-AP 2021.

MOGHIMI, E.; STEPHENSON, C.; GUTIERREZ, G.; JAGAYAT, J.; LAYZELL, G.; PATEL, C.; MCCART, A.; GIBNEY, C.; LANGSTAFF, C.; AYONRINDE, O.; KHALID-KHAN, S.; MILEV, R.; SNELGROVE-CLARKE, E.; SOARES, C.; OMRANI, M.; ALAVI,

N. Mental health challenges, treatment experiences, and care needs of post-secondary students: a cross-sectional mixed-methods study. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 655, 2023.

SILVA, A. E. P. da; SARAIVA, P. M. A Evolução Da Educação A Distância No Brasil: Desafios, Oportunidades E O Papel Das Tics Na Democratização Do Ensino Superior. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 9, p. 94–105, 2024.